

*A  
PROTEÇÃO  
DA  
PROPRIE  
DADE*

*Almir  
Garcia  
Fernandes* *INDUS  
TRIAL*

*E AS SUAS IMPLICAÇÕES  
NO DIREITO DA  
CONCORRÊNCIA*



*A*  
*PROTEÇÃO*  
*DA*  
*PROPRIE*  
*DADE*  
*INDUS*  
*TRIAL*

*E AS SUAS IMPLICAÇÕES*  
*NO DIREITO DA*  
*CONCORRÊNCIA*



*A*  
*PROTEÇÃO*  
*DA*  
*PROPRIE*  
*DADE*

*Almir* *INDUS*  
*Garcia*  
*Fernandes* *TRIAL*

*E AS SUAS IMPLICAÇÕES*  
*NO DIREITO DA*  
*CONCORRÊNCIA*



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2018, Almir Garcia Fernandes.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Letícia Robini*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

FERNANDES, Almir Garcia.

A Proteção da propriedade industrial e as suas implicações no direito da  
concorrência - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-937-3

1. Direito. 2. Direito Empresarial; 3. Concorrência - Brasil; I. Título.

CDU346

CDD341.378

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>FUNDAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA</b> .....	<b>21</b>
<hr/>	
<b>1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS E O SURGIMENTO DO DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E DA CONCORRÊNCIA</b> .....	<b>23</b>
Seção I – A propriedade Industrial na Antiguidade e na Primeira fase do Direito Comercial.....	23
§1º Antecedentes Históricos da Propriedade Industrial na Antiguidade.....	24
§2º A Propriedade Industrial e o surgimento do Direito Comercial no final do séc. XII.....	26
Seção II – A Segunda fase do Direito Comercial.....	29
§1º A Revolução Comercial.....	30
§2º Transição entre a Segunda e a Terceira Fase do Direito Comercial e seus reflexos na Propriedade Industrial.....	32
Seção III – A terceira fase do Direito Comercial e a consolidação da Propriedade Industrial.....	34
§1º Teoria dos atos de Comércio e as primeiras normas de regulamentação da Propriedade Industrial.....	35

§2º As primeiras normas de regulamentação da Propriedade Industrial no Brasil .....	40
§3º A importância da Revolução Industrial para o desenvolvimento da Propriedade Industrial.....	42
§4º As primeiras normas do Direito da Concorrência.....	43
Seção IV – O desenvolvimento da Propriedade Industrial e do Direito da Concorrência no Século XX.....	45
§1º A Propriedade Industrial no século XX e os tratados internacionais.....	48
§2º A legislação brasileira sobre a Propriedade Industrial no século XX.....	55
§3º O Direito da Concorrência no século XX.....	56
A) Canadá e Estados Unidos.....	58
B) Tratados Internacionais.....	61
§4º A regulação do Direito da Concorrência no Brasil.....	64

## **2. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E DA PROTEÇÃO À CONCORRÊNCIA..... 71**

Seção I – Objetos de proteção da Propriedade Industrial e do Direito da Concorrência.....	74
§1º A Propriedade Industrial.....	74
§2º Objetos de Proteção do Direito da Concorrência.....	78
Seção II – A natureza constitucional dos direitos relativos à Propriedade Industrial e da Concorrência.....	84
Seção III – A aplicação dos princípios constitucionais da Ordem Econômica na Propriedade Industrial e no Direito da Concorrência.....	91
§1º Princípios Constitucionais aplicados à Propriedade Industrial.....	93
A) Princípio da Livre iniciativa.....	93
B) Princípio da Livre concorrência.....	96
C) Princípio da defesa do consumidor.....	98
D) Princípio da função social da propriedade.....	101
E) Princípio da repressão ao abuso econômico.....	103
§2º Princípios constitucionais da Ordem Econômica aplicados ao Direito da concorrência.....	105



A) Princípio da livre iniciativa.....	105
B) Princípio da Livre concorrência.....	107
C) Princípio da defesa do Consumidor.....	109
D) Princípio da função social da propriedade.....	111
E) Princípio da repressão ao abuso econômico.....	114

## **PARTE II**

### **A PROTEÇÃO ÀS PATENTES E MARCAS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES CONCORRENCIAIS. 117**

---

#### **1. O DIREITO DA CONCORRÊNCIA, A PROPRIEDADE INDUSTRIAL E A RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES.....119**

Seção I – Aspectos Econômicos do Direito da Concorrência e as práticas restritivas de mercado.....	123
§1º Práticas Restritivas Horizontais.....	131
§2º Práticas Restritivas Verticais.....	135
Seção II – Aspectos Econômicos da exploração das Marcas e Patentes.....	139
§1º Aspectos Econômicos da Exploração de marcas.....	140
§2º Aspectos Econômicos da Exploração de Patentes.....	144
Seção III – A relação indireta da Propriedade Industrial e da Concorrência com o consumidor.....	150
§1º Propriedade Industrial e sua relação com a clientela e o aviamento.....	151
§2º Propriedade Industrial e consumidor.....	155

#### **AS IMPLICAÇÕES DA EXPLORAÇÃO DE PATENTES E MARCAS NO DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....161**

Seção I – Conflitos e convivência entre o Direito da Propriedade Industrial e o Direito da concorrência.....	163
§1º Monopólio de exploração da Propriedade Industrial.....	164
§2º O Retorno aos investimentos empresariais no desenvolvimento de patentes.....	166
Seção II – Contratos de licenciamento de patentes e uso de marcas: liberdade e recusa de contratar.....	172

§1º Os contratos que têm por objeto patentes e marcas no universo da concorrência.....	178
A) Contrato de Licença de Patente.....	181
B) Contrato de Licença de Marca.....	190
§2º Recusa unilateral de contratar.....	194
Seção III – Implicações da exploração das patentes no Direito da Concorrência.....	202
§1º Patentes e dominação de mercados.....	205
§2º Abuso de patentes.....	216
A) Cobrança de royalties após ter expirado o prazo de exploração.....	224
B) Registros de patentes de bloqueio.....	226
C) Recusa de licenciamento.....	230
D) Venda casada no licenciamento de patentes – Licença casada.....	236
E) Compromissos de não suscitar nulidade da patente e de exclusividade e não concorrência (exclusive dealing).....	242
§3º Licenças compulsórias e concorrência.....	245
A) Procedimentos administrativos para a concessão de licenças compulsórias.....	248
B) Licenças compulsórias por abuso de direito e por abuso de poder econômico.....	249
C) Licenças compulsórias por não exploração do objeto da patente no território brasileiro, falta de fabricação ou fabricação incompleta do produto, a falta de uso integral do processo patenteado, ou comercialização que não satisfaz as necessidades do mercado.....	253
Seção IV – Implicação da exploração das marcas no universo da concorrência.....	260
§1º Relações contratuais.....	264
A) O caso Kolynos-Colgate.....	268
B) O caso da Ambev – Programa “Tô contigo”.....	270
C) O Caso do Shopping Iguatemi.....	273
§2º Atos de abuso de concorrência.....	275
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>281</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>289</b>

## PREFÁCIO

A presente obra faz jus à passagem bíblica “pelos frutos se conhece a árvore” (Mateus, 7:20). É um trabalho exemplar produzido por um exemplo de pesquisador. Convém, por isso, descrever um pouco de sua trajetória pessoal. O magistério não foi uma opção para o Prof. Dr. Almir Garcia Fernandes, pois a vocação para lecionar não lhe possibilitou outro caminho senão aquele que conferisse sentido à sua atuação profissional, tornando seu trabalho verdadeira fonte de vida. Seduzido pelo extraordinário mundo do Direito Empresarial, aprofundou seus estudos nessa área desde o início de sua vida acadêmica. Após graduar-se, esmerou-se como pesquisador empresarialista ao cursar mestrado em Direito Empresarial na Universidade de Franca e, em seguida, ingressar no programa de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Esse livro foi elaborado nessa época de amadurecimento intelectual do autor, compondo um dos requisitos para a conclusão de seu doutoramento, cuja banca tive a honra de participar. Mais do que um relatório de pesquisa marcado pelo alto nível de especialização, o presente texto permite ao leitor aprender e apreender, com profundidade, o conteúdo de dois temas vitais para o Direito de Empresa: a propriedade industrial e a disciplina legal da concorrência.

Ao perpassar a evolução histórica do Direito de Propriedade Industrial e oferecer as bases teóricas para a compreensão de seus princípios gerais e institutos fundamentais, o livro consiste em manual de estudo indispensável para aqueles que pretendem se inteirar da nova configuração assumida por esse ramo do saber jurídico na atualidade.

Ao mesmo tempo, também é enfrentada, com excelência, importante problemática resultante da interação entre as normas rela-

cionadas às criações do espírito e aquelas que regulam a atuação dos agentes econômicos no cenário de competição característico de uma economia de livre mercado.

Busca-se, então, descobrir os parâmetros necessários para avaliar em que circunstâncias a violação de prerrogativas imateriais asseguradas pela propriedade industrial também assume relevância jurídica para a defesa da concorrência. Constatase, assim, que tal sorte de contribuição acadêmica proporcionada pelo Prof. Dr. Almir Garcia Fernandes beneficia não só a Ciência Jurídica, mas também a prática forense, vez que o autor não olvidou a obrigatória correlação entre a apresentação dos postulados teóricos e sua real eficácia na sua aplicação pelos operadores do direito.

Uberlândia, 15 de março de 2018.

*Ricardo Padovini Pleti Ferreira*

Professor Efetivo da Universidade Federal de Uberlândia

## APRESENTAÇÃO

Conheci o autor desta obra ainda nos idos do milênio passado, em 1994. Apesar de temporalmente a amizade que se formou entre nós ser compreendida em pouco mais de 20 anos, parece-me que neste interstício um admirável mundo novo, simultaneamente terrível e maravilhoso, alcançou. Tivemos o privilégio de vivenciar profundas modificações dos usos e costumes que, por conseguinte, alteram as relações sociais e radicalizaram outras tantas dinâmicas culturais. Como não poderia deixar de ser, tais implicaram em novos desafios para o Direito e outras as ciências sociais aplicadas, confrontadas com novos dilemas que, em certo sentido, pareceriam fantásticos contos de ficção científica para aqueles que se encontravam na última década do século passado.

As inovações tecnológicas, especialmente na comunicação, computação e telemática, serviram como catalizadores de novas formas de relacionamentos e negócios. Tais serviram de catalizadores para uma nova mutação do modelo de produção capitalista. Apesar de contínua e periodicamente apontada a falência do Capitalismo por alguns pensadores, a sua natureza fluida mais uma vez frustrou os arautos de seu colapso. Surgiram novas formas de negócios e novas relações mercantis. Ocupações antes tidas como imprescindíveis foram extintas e outras tantas, antes inexistentes, foram alçadas à condição de indispensáveis. O capitalismo em uma sociedade na qual o maior commodity é a informação, tornou-se ainda mais dinâmico e abraçou o conhecimento, conectividade e inovação como diferenciais competitivos essenciais para o sucesso de um empreendimento.

Daí a importância desta obra de Almir Garcia Fernandes. Ela debruça-se sobre a propriedade intelectual estabelecendo de forma precisa a importância e os limites da proteção das invenções, modelos de utili-

dade, marcas e desenhos industriais na disciplina da livre concorrência e da proteção dos direitos dos consumidores em conformidade com os princípios constitucionais que norteiam a ordem econômica brasileira.

A amizade que tenho como o autor passou pela graduação em Direito, bem como pela especialização, mestrado e doutorado na mesma área do conhecimento. Não bastasse sermos amigos de longa data, somos também irmãos na paixão que temos pelo Direito. Comungamos também da certeza que para todos os problemas complexos existe sempre uma resposta simplista e, geralmente, errada. Assim, o autor desta obra foge das simplificações que povoam o mercado editorial, o autor realiza nesta obra um trabalho pautado pelo rigor metodológico e concatenação lógica dos conceitos, sem o sacrifício da fluidez da leitura. Apresenta de forma extremamente competente uma temática cada vez mais importante, lastreado nas mais pertinentes doutrinas nacionais e estrangeiras, bem como informando o leitor das mais recentes decisões jurisprudenciais relacionadas à proteção da propriedade industrial e o direito de concorrência.

Partindo dos princípios constitucionais inerentes à propriedade industrial, com extensa pesquisa da legislação nacional, bem como tratados internacionais, estabelece o arcabouço jurídico para enfrentar problemas relacionados com os limites da liberdade dos contratos que versam sobre o licenciamento de patentes e uso de marcas. Neste contexto apresenta temas interessantíssimos, como é o caso daquelas situações nas quais é possível vislumbrar cenários de abuso de patentes e nos quais estão autorizadas imposições de licenciamentos compulsórios.

Todos estes temas são relacionados com casos práticos, desde os quais o autor demonstra as regras essenciais que pautam a livre concorrência numa sociedade na qual a inovação é o mais valioso de todos os bens. Este livro, fundamentalmente inovador, torna-se, pois, obra indispensável para aqueles que pretendem se aventurar para sendas jurídicas das relações econômicas neste novo milênio.

Araxá, 18 de março de 2018

*Francisco Ilídio Ferreira Rocha*

Professor do Centro Universitário do Planalto de Araxá. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, especialista em Ciências Criminais pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito Público pela Universidade de Franca e Doutor em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

# INTRODUÇÃO

A eleição de princípios fundamentais, inseridos no texto normativo constitucional da República Federativa do Brasil, é determinante para considerar como devem ser pautadas as relações jurídicas estabelecidas entre o Estado e indivíduo, bem como entre os próprios indivíduos em suas relações privadas.

Nesse sentido, o art. 5º, XXIX, apresenta norma de tutela aos direitos da propriedade intelectual, dentre eles as invenções, marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos, destacando que essa proteção deve considerar o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Evidencia-se, portanto que, além da proteção ao direito de propriedade relativo a esses bens, o legislador constituinte elegeu como prioridade nessa tutela a proteção reflexa ao mercado e das relações daí advindas, bem como a liberdade de iniciativa proporcionada pela preservação da concorrência.

Dentro desse contexto, tanto a exploração dos bens da Propriedade Industrial quanto a preservação da concorrência ganham especial importância, pois ambas são instrumentos para a garantia do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, merece destaque a observação de Gama Cerqueira:

A concorrência no campo das atividades econômicas do homem, como em outros domínios de sua ação, é um fenômeno natural, legítimo, em si, e útil, como fator indispensável ao progresso e bem-estar da sociedade, mas sob a condição de se manter dentro de certos limites e de não ficar entregue, exclusivamente, ao instinto natural

que move o homem à conquista de proveitos e vantagens sempre maiores.<sup>1</sup>

Contudo, a relação entre a Propriedade Industrial e o Direito da Concorrência tem se mostrado bastante complexa nos últimos anos, tendo em vista que possui finalidades convergentes, entretanto alcançadas por diferentes meios, os quais podem apresentar um aparente conflito. Enquanto o Direito da Concorrência busca o desenvolvimento econômico por meio do equilíbrio das relações de mercado, preservando e promovendo a concorrência, a Propriedade Industrial tem como premissa a limitação dessa mesma concorrência, em favor de um titular específico, garantindo-lhe a exploração exclusiva de um bem, de forma temporária, em detrimento de seus concorrentes.

Esse conflito aparente entre esses dois ramos do Direito fez com que a exploração dos bens da Propriedade Industrial, em especial as patentes, fosse vista sob a ótica de uma “exploração monopolista” com franco prejuízo ao mercado, tendo em vista a possibilidade jurídica de seu titular excluir seus concorrentes, facultando inclusive o aumento abusivo de preços em prejuízo aos consumidores.

Tal posicionamento atualmente não tem se mostrado majoritário, ao contrário, tanto a Propriedade Industrial quanto o Direito da Concorrência mostram-se complementares no sentido de preservar a inovação tecnológica e promover o crescimento econômico.

O próprio direito de exclusividade dos titulares dos bens da Propriedade Industrial mostra-se como indispensável para a promoção da concorrência, uma vez que essa exclusividade está dentro de um contexto jurídico<sup>2</sup>, estabelecido para garantir a geração de receita, a fim de cobrir os custos de pesquisas e gerar novos investimentos, o que implica, por via reflexa, em benefícios aos consumidores.

A proteção do direito de exclusividade de exploração dos bens da Propriedade Industrial é instrumento de garantia de novos investimentos, o que implica na preservação do bem-estar social, associada à função social da propriedade. Entretanto, não se pode afirmar que a Propriedade Industrial esteja contida dentro do conceito de garantias fundamentais, pois seus bens são considerados instrumentos

---

<sup>1</sup> CERQUEIRA, João da Gama. **Tratado da Propriedade industrial**. 2 ed. 2 v. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982, p. XVI.

<sup>2</sup> Não podendo ser caracterizada como monopólio no sentido econômico.



para garantir esses direitos e não os direitos propriamente ditos, tal como destaca Barbosa:

Mesmo quando erguida à categoria de Direito Constitucional, os direitos exclusivos em seu aspecto patrimonial não são normalmente tidos como parte do *Bill of Rights*, ou seja, dos direitos fundamentais, restando como tal apenas o aspecto moral dos mesmos direitos quando reconhecido.<sup>3</sup>

Conflitos de interesses provenientes das relações que envolvem a exploração dos bens da Propriedade Industrial não só prejudicam os empresários entre si, como sujeitos individuais, numa relação de direito privado, mas também uma gama de interesses difusos e coletivos, nos quais se inserem os consumidores, a exploração da propriedade, o mercado e as relações de trabalho.

Desse modo, questão essencial a ser analisada diz respeito à exploração dos bens da Propriedade Industrial, quando confrontada com a necessidade de preservação de interesses de outros empresários, e quando é objeto de utilização indevida, proveniente de atos abusivos e de violação das regras de mercado.

Haverá, portanto, uma gama de interesses econômicos que envolvem a exploração dos bens da Propriedade Industrial, seja por seus titulares, no sentido de preservá-lo da exploração indevida, seja por aqueles que querem ter acesso às tecnologias, ou símbolos protegidos.

Dessa forma, constata-se que a violação dos direitos relativos à Propriedade Industrial é, em regra, motivada por interesses econômicos, seja para o acesso a tecnologias novas, ou para obter vantagens com o sucesso já alcançado por uma determinada marca, preferencialmente, escolhida por um segmento de consumidores. É inegável, portanto, que situações de conflito possam ser originadas de diferentes práticas restritivas, adotadas pelos titulares da Propriedade Industrial, capazes de produzir efeitos anticompetitivos nos mercados.

Essas condutas, muitas vezes, são realizadas por meio de restrições contratuais, em acordos de licenciamento, ou até mesmo por

---

<sup>3</sup> BARBOSA, Denis Borges. As bases constitucionais do sistema de proteção das criações industriais. In SANTOS, M. J. P. dos e JABUR, W. P. **Criações industriais, Segredos de Negócio e Concorrência Desleal**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 9-10.

estratégias unilaterais de caráter abusivo, quando refletirem atos de agentes dominantes no mercado.

Nesses termos, partindo do pressuposto que nas relações mercadológicas também podem existir atos praticados de forma voluntária, implicando a intenção de diminuir o lucro de concorrente ou de violar o direito protegido juridicamente pela Propriedade Industrial, restam importantes questionamentos a serem atacados pelo operador do Direito, quais sejam: A tutela jurídica, conferida aos bens da Propriedade Industrial, implica em exclusão do Direito de Concorrência? Haveria alguma ligação histórica entre as origens da proteção da Propriedade Industrial com as relações de regulamentação da concorrência? A Propriedade Industrial e a concorrência possuem os mesmos fundamentos constitucionais? Qual a vinculação entre a Propriedade Industrial e a concorrência com o consumidor? Os titulares de bens da Propriedade Industrial poderiam ser obrigados a contratar com terceiros, violando o princípio da liberdade contratual? Cláusulas contratuais potencialmente restritivas, como licenças casadas e exclusividade, poderiam ser consideradas como violação anticoncorrencial *per se*? Os bens da Propriedade Industrial podem ser utilizados como instrumento para a prática de atos de restrição no mercado, sejam eles horizontais ou verticais? São essas as questões de capital importância para determinar o âmbito de aplicação das normas da Propriedade Industrial e de proteção à concorrência.

A tensão que se apresenta entre esses dois ramos do Direito traduz-se na dicotomia entre o incentivo conferido pelo Estado à exclusividade temporária reconhecida aos bens da Propriedade Industrial, e as garantias, também de origem estatal, oferecidas aos empresários para coibição de atos praticados por seus concorrentes, na tentativa de dominar o mercado e prejudicá-lo por intermédio da violação de garantias outorgadas como instrumento para a garantia da liberdade de iniciativa e concorrência.

Nesse sentido, seria possível aventar a hipótese de que a exploração dos bens da Propriedade Industrial geraria uma relação de poder, especialmente pelo fato de que o seu titular estaria munido de um instrumento estatal para controlar a oferta de bens que oferece ao mercado, seja em relação ao universo econômico, ou mais especificamente, aos seus concorrentes específicos?

É nesse ponto que o problema desta pesquisa se apresenta, uma vez que reside, justamente, na busca por elementos que possam so-

lucionar os conflitos que existem entre a Propriedade Industrial e o Direito da Concorrência, tentando, ao final, apresentar elementos para auxiliar na compreensão de sua convivência e compatibilidade. Esse livro trata especificamente da defesa da concorrência aplicada ao licenciamento de patentes e de marcas, bem como das práticas abusivas unilaterais que possam ser praticadas por seus titulares. Assim, fica fora do escopo deste trabalho o estudo das inovações não patenteadas ou a aplicação da defesa da concorrência nos casos que envolvam outros bens da Propriedade Industrial.

É importante mencionar que será necessário estabelecer o desenvolvimento histórico de ambos os institutos, buscando os elos que podem se destacar em suas origens, traçar seus aspectos constitucionais, para buscar elementos fundamentais que garantam a sua preservação, identificando os seus titulares, indicar e demarcar sua vinculação ao consumidor, identificar elementos comuns que se estabelecem e, por fim, firmar as implicações da exploração dos bens da Propriedade Industrial no Direito da Concorrência na busca por elementos de convivência, aproximação e repulsa.

Vale ressaltar que tal fato não decorre de uma simples divagação abstrata, mas da constatação de uma preocupação presente naqueles que exploram os bens da Propriedade Industrial: a repressão de atos anticompetitivos. O estudo será concentrado em condutas anticoncorrenciais que possam estar relacionadas à exploração das marcas e das patentes, bem como nas relações contratuais que podem se estabelecer entre os seus titulares e terceiros interessados na exploração desses ativos intangíveis.

Trata-se de uma pesquisa lastreada numa análise qualitativa de informações obtidas, principalmente, por meio de pesquisa bibliográfica realizada em publicações científicas nacionais e estrangeiras, das áreas de Propriedade Industrial e Direito da Concorrência, bem como jurisprudencial, levando-se em consideração, principalmente, os julgamentos administrativos promovidos pelo CADE.

A metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa leva em consideração a busca pelas origens históricas e fundamentos constitucionais do seu objeto, quais sejam o Direito da Propriedade Industrial e da Concorrência, bem como seus aspectos econômicos, contratuais e a prática unilateral de atos abusivos. Assim, faz-se necessário que o estudo seja dividido em duas partes: uma primeira destinada aos fundamentos desses dois ramos do direito, e a segunda levando-se em

consideração os aspectos econômicos e anticompetitivos. Cada uma das partes da pesquisa será dividida em dois capítulos.

No primeiro capítulo, da primeira parte, será feito um estudo histórico da Propriedade Industrial e do Direito da Concorrência. Para tanto, serão utilizadas fontes doutrinárias nacionais e estrangeiras, bem como a análise de tratados e convenções internacionais que abordam o assunto, a fim de fornecer elementos bastantes para a realização de uma análise histórica pormenorizada que possa propiciar o entendimento do tema em sua origem e no cenário atual.

Uma vez analisado o desenrolar histórico, no segundo capítulo, da primeira parte, será necessária a realização de um estudo dogmático-jurídico e analítico-sintético dos seus fundamentos, harmonizados à luz dos Princípios Constitucionais, demonstrando que tanto a Propriedade Industrial quanto o Direito da Concorrência ganham bases principiológicas também no texto constitucional e, principalmente, diferenciando as relações privadas do interesse público. Dessa forma, faz-se necessário, portanto, a realização de um estudo detalhado dos princípios constitucionais norteadores desses ramos específicos do Direito, para melhor compreender a existência de unidade e coerência na relação entre suas diferentes normas, bem como delimitar seus objetos de proteção, compreendendo sua natureza jurídica, para, em seguida, associá-los ao vínculo constitucional a que se subordinam.

A segunda parte deste livro tem início com a apresentação de aspectos econômicos da exploração de marcas e patentes, e a relação que essa exploração tem com o mercado desses ativos intangíveis. Não apenas as marcas e as patentes, mas todos os demais bens da Propriedade Industrial possuem características econômicas que não podem ser desprezadas em sua análise, justamente por serem considerados ativos empresariais, cuja exploração implica em um domínio (exclusivo ou não) sobre um determinado mercado. Evidencia-se a necessidade do Estado em organizar políticas econômicas que visem manter um ambiente caracterizado pela lealdade dos competidores, atuando de forma socialmente benéficas. Tais características serão exploradas neste capítulo específico.

Finalmente, no segundo capítulo, da segunda parte, serão apresentadas as relações que tratam das formas de abuso de direito das patentes e marcas, tanto sob o seu aspecto contratual quanto por atos unilaterais. Nesse contexto, serão analisados alguns casos julga-

dos, tanto pelas autoridades antitruste nacionais, como estrangeiras a título de exemplo.

Portanto, torna-se necessária a realização de estudo aprofundado sobre o tema, de modo que não seja criada uma superestimação dos princípios de ordem pública, nem tampouco a mitigação da liberdade contratual. Cabe ao Direito Comercial estabelecer os critérios, uma vez que se apresenta como tecnologia jurídica própria a ser aplicada como solução de controvérsias na seara empresarial, face à relevância de seus conceitos e princípios, especialmente, quando a controvérsia envolve tanto interesses particulares dos titulares dos bens da Propriedade Industrial, quanto interesses públicos protegidos pelo Direito Antitruste.

“ (...) a importância desta obra de Almir Garcia Fernandes. Ela debruça-se sobre a propriedade intelectual estabelecendo de forma precisa a importância e os limites da proteção das invenções, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais na disciplina da livre concorrência e da proteção dos direitos dos consumidores em conformidade com os princípios constitucionais que norteiam a ordem econômica brasileira.”

*FRANCISCO ILÍDIO FERREIRA ROCHA*

“ Esse livro foi elaborado nessa época de amadurecimento intelectual do autor, compondo um dos requisitos para a conclusão de seu doutoramento, cuja banca tive a honra de participar. Mais do que um relatório de pesquisa marcado pelo alto nível de especialização, o presente texto permite ao leitor aprender e apreender, com profundidade, o conteúdo de dois temas vitais para o Direito de Empresa: a propriedade industrial e a disciplina legal da concorrência.”

*RICARDO PADOVINI PLETI FERREIRA*



ISBN 978-85-8425-937-3



9 788584 259373